

FINANÇAS PÚBLICAS

Por MP, governo amplia previsão de superávit

Medida adapta Lei de Diretrizes

Orçamentárias ao que foi negociado com FMI

LILIANA LAVORATTI

BRASÍLIA – O governo editou ontem uma medida provisória que amplia a previsão de superávit nas contas públicas para o ano que vem. Como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2002 já tinha sido aprovada pelo Congresso quando foi firmado o novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a MP vai atualizar os números, informou o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Dias. A MP estará no *Diário Oficial* de segunda-feira e a proposta orçamentária para o próximo ano terá de ser encaminhada pelo governo ao Congresso até sexta-feira.

O aumento das metas fiscais foi uma das principais medidas adotadas para enfrentar os efeitos negativos da crise Argentina sobre a economia brasileira. As metas de superávit primário (receitas menos despesas, exceto juros da dívida) para União, Estados, municípios e estaduais, antes estabelecidas na LDO em 3% do Produto Interno Bruto (PIB), ou R\$ 39,3 bilhões, subiu para 3,5%, o equivalente a R\$ 45,7 bilhões.

A maior parcela do ajuste

das contas de todo o setor público recairá sobre o governo federal, que ficará responsável por R\$ 36,7 bilhões da meta global. Na LDO, esse valor era de R\$ 31,3 bilhões. Já o ajuste nos Estados e municípios ficou praticamente igual – os 0,6% do PIB (R\$ 8 bilhões) subiram para 0,69% do PIB (R\$ 9 bilhões).

Compressão – Segundo Dias, o aperto adicional de R\$ 5,4 bilhões “sairá de todo o Orçamento”, referindo-se à compressão feita nos gastos de custeio e investimento para elevar a meta fiscal. Dias lembrou que o ajuste recairá somente sobre as despesas, pois o Executivo não vai propor novos tributos, além da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), entre julho próximo e dezembro de 2003.

O aperto adicional das contas na União será dividido entre a administração direta (Tesouro, Previdência Social e Banco Central) e as estaduais. Caberá à administração direta poupar R\$ 29,2 bilhões (2,24% do PIB), ante os R\$ 26,1 bilhões previstos anteriormente. Já as empresas estaduais tiveram sua participação no superávit primário elevado de R\$ 5,2

CORREÇÃO DE RUMO

As metas de superávit para 2002 - em bilhões de R\$

Como era
Como ficou

		Em % do PIB
Governo federal *	26,1	2,00
	29,2	2,24
Estaduais federais	5,2	0,40
	7,5	0,57
Estados e municípios	8,0	0,60
	9,0	0,69
TOTAL	39,3	3,00
	45,7	3,50

*Tesouro Nacional, Previdência Social, Banco Central
Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

META
PARA
ESTADOS
SUBIU POUCO

bilhões (0,4% do PIB) para R\$ 7,5 bilhões (0,57% do PIB). Esse esforço será exigido basicamente da Petrobrás, uma vez que o excesso das receitas da

Eletrobrás será dirigido para o aumento dos investimentos na área de energia elétrica.

Resultado – Dias explicou que durante a execução orçamentária em 2002, o Executivo poderá compensar o superávit primário do governo federal com o das estaduais, como vem ocorrendo

há dois anos. Diante da dificuldade em reduzir gastos na administração direta, o Executivo vem-se utilizando do melhor resultado das estaduais – baseado, no caso da Petrobrás, na elevação dos preços dos combustíveis – para garantir o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para a União.

A alteração na LDO por meio de medida provisória já foi feita em anos anteriores, mas esta deve a última vez em que o governo recorre a esse expediente. Em fase final de tramitação no Congresso, o projeto de emenda constitucional que regula o uso de MPs proíbe seu uso para promover mudanças em matéria orçamentária.